

**14996 - Agroecologia e seus sistemas de garantia: construindo confiança e participação entre os agricultores**

*Agroecology and its guarantee systems: building trust and collective participation among farmers*

CAMARGO, Clara<sup>1</sup>; BEDUSCHI, Luiz Carlos<sup>2</sup>

1 Universidade de São Paulo, clara.camargo@usp.br; 2 Universidade de São Paulo, beduschi@usp.br

**Resumo**

O crescimento do mercado da agroecologia e da agricultura orgânica institucionalizou práticas existentes, como os Sistemas Participativos de Garantia. Esta ferramenta tem por base a cooperação e a solidariedade entre os próprios produtores e entre eles e os consumidores. Este artigo busca responder a seguinte questão: os agricultores organizados em sistemas participativos de garantia conseguem atestar a qualidade orgânica e gerar relações de mercado cooperativas que vão além do auto-interesse? Conclui-se que sim, eles conseguem, quando são capazes de construir mercados que agregam estes valores, ou seja, compartilhados com as redes de consumidores. Neste sentido, ela vai ao encontro dos circuitos curtos de produção e consumo, como feiras, cestas ou os Programas Governamentais de Compras de Alimentos. A metodologia é interdisciplinar e qualitativa, a técnica é a revisão bibliográfica sobre o tema. A base teórica advém da Teoria das Redes e da Sociologia Econômica.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar Orgânica; Certificação; Ação Coletiva.

**Abstract:**

The growth of organic agriculture and agroecology market institutionalized practices such as Participatory Guarantee Systems. This tool is based on cooperation and solidarity among producers themselves and between them and their customers. This article aims to answer the following question: can farmers organized in participatory guarantee systems attest to organic quality and produce cooperative market relations that go beyond self-interest? The conclusion is yes, they can, if they are able of building markets that add these values, that is, shared networks with consumers. In this sense, it builds short circuits of production and consumption, such as fairs or Government Programs Food Purchasing. The methodology is interdisciplinary and qualitative, the technique is the literature review on the topic. The theoretical basis comes from the Theory of Networks and Economic Sociology.

**Keywords:** Organic Familiar Farming; Certification; Collective Action.

**Introdução**

A agricultura orgânica e a agroecologia são nichos de mercado que crescem a cada ano, na média mundial de 15 a 20%, enquanto o setor da indústria alimentar cresceu entre 04 e 05% como um todo (NIEDERLE et al, 2013). Muitos consumidores preocupados com a questão da saúde veem estes produtos como a possibilidade de um modo de vida mais natural e saudável. A grande expansão deste mercado também brilha os olhos das grandes redes de varejo, aumentando o número de atravessadores, reproduzindo a lógica da indústria alimentar globalizada que cria um imenso espaço entre quem produz e quem consome os alimentos (REYNOLDS, 2004).

Todavia, este circuito de produção não segue os princípios iniciais dos movimentos da agricultura ecológica ou da agroecologia, pois esta tem por objetivo reconstruir as relações de proximidade entre agricultores e consumidores, incentivando o

conhecimento da cadeia produtiva e maior proximidade entre os atores, ou seja, criar mercados com base na confiança e reciprocidade, além de resgatar valores associados à agricultura familiar, geração de emprego no campo, valorização do local, entre outras questões.

No Brasil, o Estado institucionalizou estas práticas, atendendo aos diversos setores e níveis de mercado, consentindo o que Fonseca (2004) chamou de convenções industriais e mercantis (grandes varejistas, produtos elitizados com alto valor agregado, certificadoras baseadas em padrões internacionais) e doméstico-cívicas (circuitos curtos de produção e consumo – feiras livres, pequena agricultura de base familiar).

De acordo com a Lei 10.831\03, existem três maneiras de garantir que um produto é orgânico. São elas:

1) Venda direta ao consumidor, por meio de organização de controle social (OCS), em que não é possível utilizar selo, mas apenas o registro da OCS no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o que fornece a garantia de orgânico. É utilizado em feiras e circuitos curtos de comercialização de produtos da agricultura orgânica de base familiar. É importante que os consumidores tenham acesso à propriedade produtora e também que sejam corresponsáveis no processo.

2) Sistema participativo de garantia (SPG) – os atores realizam a certificação por meio de um sistema em rede e caracterizam-se pela responsabilidade coletiva de seus membros, que podem ser produtores, consumidores e técnicos, organizados em um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os métodos de geração de credibilidade são adequados às diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas do ambiente produtivo e a sua efetividade depende muito do engajamento dos próprios agricultores. Existem quatro OPACs devidamente acreditados no Brasil. São eles: Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), Associação dos Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO), Associação Ecovida de Certificação Participativa – REDE ECOVIDA e Associação Brasileira de Biodinâmica (ABD).

3) Certificação por auditoria – pode ser feita por agências locais, internacionais ou por parcerias entre elas. As certificadoras com cadastro no MAPA são: Instituto Chão Vivo de Certificação, Instituto Brasileiro de Biodinâmica (IBD), Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR CERT), Agricontrol LTDA, ECOCERT BRASIL, IMO Control do Brasil Ltda e Instituto Nacional de Tecnologia<sup>1</sup>.

Os dois primeiros mecanismos exigem que os agricultores estejam associados e articulados em rede, enquanto que o terceiro segue padrões de mercado criados internacionalmente, uma vez que as certificadoras devem, além de estar registradas no MAPA, seguir o padrão estipulado pelas normas da ISO 65 que apontam que a certificação deve ser um processo isento, ou seja, o auditor não pode ter nenhum envolvimento com o agricultor em processo de certificação.

---

<sup>1</sup> Todas essas informações podem ser encontradas no site do MAPA, disponível em <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>.

Entretanto, tanto o OCS quanto os SPGs trabalham de forma contrária, pois é justamente a relação de confiança, cooperação e solidariedade que permitem atestar a qualidade orgânica entre os próprios agricultores. Assim, este artigo tem por objetivo responder, teoricamente, à seguinte questão: os agricultores organizados em sistemas participativos de garantia conseguem atestar a qualidade orgânica e gerar relações de mercado cooperativas que vão além do auto-interesse?

Para responder a esta questão, nos baseamos na Sociologia Econômica, Teoria das Redes e nos trabalhos de Elinor Ostrom, com o argumento de que os atores envolvidos na ação coletiva nem sempre agem de acordo com o comportamento egoísta e auto-interessado, conforme demonstrado na Economia e Ciência Política clássica e neoclássica. Quando os atores percebem que a cooperação gera ganhos, eles agem para alcançá-los. Neste sentido, os usuários de um recurso comum, no caso, a certificação participativa, tendem a cooperar quando criam suas próprias regras coletivamente e os seus próprios instrumentos de monitoramento e sanção (OSTROM, 2000).

Assim, a implementação destes sistemas participativos cria uma complexa engenharia social, articulando diversos atores sociais nas relações de produção e consumo que se opõem ao conceito de “mão invisível” de mercado (GRANOVETTER, 2005).

Esses dispositivos impactam diretamente a prática, os processos e as formas de organização, redefinindo desse modo, as próprias estratégias de desenvolvimento local e territorial (NIEDERLE et al, 2013).

A hipótese aqui defendida é que sim, estes agricultores organizados em sistemas participativos de garantia conseguem atestar a qualidade orgânica e gerar relações de mercado cooperativas que superam o interesse próprio, pois nestes casos, a qualidade está pautada em valores construídos na relação direta entre um conjunto de produtores (pares) e entre os produtores e consumidores, da forma que sinais institucionalizados, como os selos e as marcas, são substituídos por relações de confiança e reciprocidade derivadas da recorrência das transações econômicas (RADOMSKY, 2007 apud NIEDERLE et al 2013).

### **Metodologia**

A metodologia desta pesquisa é interdisciplinar e qualitativa, considerando as inter-relações dos fatores políticos, econômicos e sociais que explicam como os agricultores organizados em sistemas participativos de garantia conseguem atestar a qualidade orgânica e gerar relações de mercado cooperativas que vão além do auto-interesse.

São utilizados os métodos histórico e comparativo a fim de se explicar, à luz da teoria, a cooperação existente nos SPGs. Possui caráter descritivo e explicativo, uma vez que se busca descrever, analisar e interpretar a cooperação dos agricultores nos sistemas participativos de garantia de orgânicos. É utilizado como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da leitura e análise de materiais já publicados sobre o tema, como livros, artigos científicos e midiáticos, políticas públicas e relatórios de avaliação governamentais ou não, já que a proposta

deste artigo é questionar se a literatura existente consegue explicar essa tecnologia social.

### **Resultados e discussões**

As discussões acerca da ação coletiva na literatura clássica de Ciência Política e Economia apontam, em geral, para o fracasso destas ações, pois partem do princípio que o ser humano é egoísta e age conforme seu comportamento utilitarista (OSTROM, 2005). Nesta direção, OLSON (1971) aponta que os grupos conseguem garantir sua existência na medida em que conseguem alcançar os interesses comuns de seus membros. Apesar disso, os indivíduos que se vinculam a um grupo procuram satisfazer seus interesses próprios, assim, em tais grupos convivem interesses comuns e interesses individuais.

Entretanto, ao observar as experiências empíricas da certificação participativa, verifica-se que estas teorias não são capazes de explicar relações comerciais com base na cooperação, confiança e solidariedade. Assim, verifica-se como resultado da pesquisa bibliográfica que a teoria das redes se enquadra melhor na abordagem dos SPGs, uma vez que a organização em rede – conjunto de atores autônomos que podem deixá-la livremente e que aderem ao mesmo padrão – é, em parte, o reflexo da regulamentação na agricultura orgânica. Todavia, estas redes estão sobrepostas e os atores nem sempre possuem uma relação tão próxima e forte com os demais. Neste ponto, o conceito de laços fracos desenvolvido por Granovetter (1979, p.1373) se enquadra perfeitamente.

Laços fracos se transformam em recursos ao tornar possível a identificação e mobilização de oportunidades, pois estes são os canais por meio dos quais ideias, influências ou informação fluem mais facilmente. De uma perspectiva macro, laços fracos tem um papel em promover a coesão social. São indispensáveis para as oportunidades individuais e para a integração nas comunidades e destas na sociedade mais ampla.

Estas redes, as quais o movimento da agroecologia está articulado e articula, estão sobrepostas e envolvem toda a cadeia. Desta forma, é apenas quando estas relações de confiança se expandem também ao nível de consumo, aproximando quem produz de quem consome que a rede se mostra de fato fundamentada nestes valores, pois a qualidade orgânica se dá ao longo do processo.

Quando um alimento agroecológico, movimenta-se entre diferentes mercados, suas qualidades são redefinidas. Assim, um produto não pode ser exatamente igual se for comercializado em uma feira-livre, em um supermercado ou por algum programa de compras governamentais (NIEDERLE et al, 2013).

Desta forma, discutem-se aqui os sistemas participativos de garantia como atividade que gera confiança entre seus membros, quando eles são entendidos como atividades mais amplas, ou seja, que vão além da certificação, mas abrangendo também a construção de circuitos curtos de produção e consumo.

### **Conclusões**

Pode-se concluir, portanto, que abordar os sistemas de garantia da agroecologia requer um olhar interdisciplinar, pois, tanto questões sociais, políticas, econômicas,

culturais quanto ambientais influenciam na construção das redes e na sua habilidade em aproximar atores tão diversos para construir um mercado de produtos com base em atributos que respeitam o agricultor, seu modo de vida, a saúde e a sustentabilidade social e ambiental. Assim, evidencia-se a necessidade de romper as fronteiras da Ciência tradicional ao interpretar este tema.

Além disso, também conclui-se que os sistemas participativos de garantia são tecnologias sociais que podem construir mercados mais justos e democráticos, seja do ponto de vista do produtor, seja do consumidor, quando eles conseguem criar relações com a ponta da cadeia, ou seja, com o consumidor. Neste caso, eles garantem mais do que a qualidade orgânica, mas a autonomia dos produtores familiares e sua capacidade de organização, assim como democratiza produtos de qualidade com preço acessível aos consumidores, principalmente nas feiras livres (IDEC, 2012). Isso se deve ao fato de as redes sociotécnicas criadas pelos agricultores servirem também como assistência técnica aos produtores, o que torna um gasto a menos na contabilidade agrícola e fortalece os laços de confiança entre os pares.

Todavia, este sistema é tímido no Brasil e no mundo, pois só existem 04 redes credenciadas no MAPA até o momento, todas nas regiões Sul e Sudeste do país. No mundo, além do Brasil, apenas Bolívia, México e Uruguai reconhecem legalmente os SPGs na certificação de produtos orgânicos, o que requer atenção dos movimentos sociais e dos Estados para a sistematização e veiculação destas informações e experiências.

#### **Referências bibliográficas:**

- FONSECA, M. F. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação**. Tese de doutorado em Sociologia, UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro: 2005.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **The Journal of Economic Perspectives**. Vol. 78, No. 6, Stanford, p. 1360-1380, 1973.
- IDEC, Rota dos Orgânicos. **Revista Brasileira do Instituto de Defesa do Consumidor**. São Paulo: 2012.
- IFOAM, Annual Report. Bonn: 2011. Disponível em <[http://ifoam.org/public/Annual%20Report/IFOAM\\_Annual\\_Report\\_2011\\_web.pdf](http://ifoam.org/public/Annual%20Report/IFOAM_Annual_Report_2011_web.pdf)>; último acesso em 24/03/2013.
- NIEDERLE, P; ALMEIDA, L; VEZZANI, F. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós: 2013.
- OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo, EDUSP: 2011
- OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. **The Journal of Economic Perspectives**. Vol. 14, No.3, p. 137-158, 2000.
- REYNOLDS, L. The Globalization of Organic Agro-Food Networks. **World Development**. Elsevier. Vol. 32, No. 5, 2004.